




**PANORAMA DA EVASÃO NOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IFRN (2006-2021)
E OS IMPACTOS DO CONTEXTO PANDÊMICO DE COVID-19*****AN OVERVIEW ON EVASION AT INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE IN TEACHER EDUCATION UNDERGRADUATE COURSES (2006-2021)***

Francinaide de Lima Silva Nascimento¹ - IFRN 
Neilson Ferreira de Lima² - IFRN 
Wilton da Silva Batista³ - IFRN 

RESUMO

O artigo apresenta um panorama do fenômeno da Evasão nos Cursos Superiores de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), entre os anos de 2006 e 2021. O objetivo foi investigar a evolução temporal dos indicadores de matrícula, evasão, retenção, reprovação e conclusão a fim de compreender os Índices de Permanência e Êxito, Efetividade Acadêmica e Taxa de Saída com Êxito. A pesquisa é de cunho exploratório, qualitativa e quantitativa aos dados públicos obtidos no Sistema Unificado de Administração Pública e na Plataforma Nilo Peçanha. As análises ocorreram à luz do Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos estudantes do IFRN (2016), bem como a partir de Bittar et al (2012), Dore e Lüscher (2011), Miranda et al (2019), Polydoro (2000). Definiu-se evasão enquanto interrupção da matrícula do estudante no ciclo do curso. Constatou-se que o Índice de Permanência e Êxito aumentou, inclusive no ano de 2021 registrou-se um percentual de 77,85%, apesar da pandemia. Este indicador repercutiu positivamente na Taxa de Evasão, que teve uma queda significativa de 81,9% entre os anos de 2012 e 2021. A taxa média do Índice de Efetividade Acadêmica e a Taxa de Saída com Êxito foi de 24,08% e 17,42% respectivamente, ou seja, muito baixos, carecendo de atenção especial da instituição em seu processo de autoavaliação e planejamento.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão escolar. Ensino superior. Licenciatura. Indicadores educacionais.

ABSTRACT

This article presents an overview on higher education evasion at Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) regarding Teacher Education Undergraduate Courses in the period between 2006 to 2021. It aimed to analyze indicators such as enrollment, evasion, retention, failure, and completion in order to perceive Permanence and Success Indexes, Academic Effectiveness and Successful Exit Rate. The methodology used was of exploratory nature. The research considered public data obtained from the Unified Public Administration System as well as the Nilo Peçanha Platform. Data analysis occurred with the aid of the 2016 IFRN's Student Strategic Plan for Permanence and Success as well works of Bittar et al (2012), Dore and Lüscher (2011),

¹Doutorado em Educação pela UFRN. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP-IFRN). Editora Chefe da Revista Holos. EMAIL: franciniadesilva@gmail.com

²Doutor em Biometria e Estatística Aplicada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN. EMAIL: neilson.silva@ifmg.edu.br

³Graduado em Física pelo IFRN. Técnico em Manutenção e Suporte em Informática pelo IFRN. EMAIL: wilton.s@escolar.ifrn.edu.br

Miranda et al (2019), Polydoro (2000). Evasion was defined as an interruption in the student's enrollment in the course cycle. It seen that the Permanence and Success Index increased, including in the year 2021 there was a percentage of 77.85%, despite the pandemic. This indicator had a positive impact on the Evasion Rate, which had a significant decrease of 81.9% between the years 2012 and 2021. The average rate of the Academic Effectiveness Index and the Successful Exit Rate was 24.08% and 17.42% respectively. It is possible to acknowledge that rates are very low, thus requiring special attention from the institution in its self-assessment and planning process.

KEYWORDS: School Evasion. Higher education. Teacher Education Undergraduate Courses. Education Indicators.

INTRODUÇÃO

A evasão é um fenômeno que acomete instituições de ensino públicas e privadas. Há inúmeras acepções para o termo, mas, no geral, refere-se à formalização de interrupção de vínculo do estudante com a instituição.

No Ensino Superior este é um problema que acarreta danos materiais e imateriais à Instituição de Ensino Superior (IES), visto que impacta o planejamento da instituição para dado ano letivo, sobretudo no tocante ao recurso para financiamento do seu funcionamento, seja uma instituição pública ou privada.

Dessa maneira, além de o diagnóstico da origem do problema e seus inúmeros fatores estar no cerne das autoavaliações das IES, a elaboração de estratégias de contingência e prevenção a curto e longo prazos faz-se imprescindível.

Este aspecto ganhou novos contornos com a emergência da pandemia de SARS-COV-2, denominada COVID-19, em que houve a necessidade de distanciamento físico social a fim de conter o contágio e contaminação da população, com significativas modificações em termos educacionais. Em virtude disso, as instituições reorganizaram seus planos didático-pedagógicos, bem como as dimensões metodológicas, descaracterizando as classes presenciais e, portanto, imprimindo um ambiente propício à evasão e as desistências compulsórias, visto que as questões estruturais de acesso se impuseram, sobretudo, com a necessidade de acesso pelos alunos a aparatos tecnológicos. Apesar disso, o IFRN, ao contrário do que se prospectava, teve poucos impactos sobre seus índices de evasão, conforme dados apresentados e analisados posteriormente.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) foi criado pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, no âmbito da instituição da rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Entre suas ofertas, há os cursos superiores de licenciatura.

A Resolução nº 6 do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 20 de setembro de 2012, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que prevê em seu Art. 39, entre outros objetivos, o de promover a melhoria da qualidade pedagógica e efetividade social, com ênfase no acesso, na permanência e no êxito no percurso formativo e na inserção socioprofissional

No IFRN, visando atender aos objetivos estratégicos de monitoramento dos índices de vínculo dos estudantes, foi criado o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRN (2016-2018), aprovado pela Resolução nº 19/2016-CONSUP/IFRN, de 06 de maio de 2016.

O denominado PEPE-IFRN expressa as preocupações institucionais quanto ao êxito dos estudantes na sua trajetória educativa e socioprofissional ao evidenciar como objetivo central "a

necessidade institucional de se aprofundar, investigar e monitorar as causas da evasão de seus estudantes, considerando a diversidade de ofertas, níveis e modalidades de ensino, a fim de induzir a adoção de medidas preventivas, tencionadas, no mínimo, a reduzi-la" (IFRN, 2016, p.29).

Em coerência com o documento institucional, assume-se o seu ponto de vista para a análise da questão, ao delimitar-se todos os cursos superiores de licenciatura. Dessa forma, persegue-se a mesma finalidade de compreender os fatores de abandono, ao mesmo tempo em que se define evasão enquanto interrupção do estudante no ciclo do curso. Esse entendimento está consoante as acepções dadas por Brasil (1996), Dore e Lüscher (2011), e Fritsch (2015).

Para compreender a evasão, faz-se oportuno entender e problematizar diversos indicadores. O IFRN entende a evasão como a interrupção no ciclo do curso, ou seja, o estudante pode ter abandonado o curso por não ter realizado a renovação da matrícula ou formalizado o desligamento/desistência. De outro modo, a não conclusão do curso no período previsto será considerada como retenção e não como evasão.

Outro aspecto relevante diz respeito aos fatores de evasão a serem problematizados, os quais abrangem questões socioeconômicas, culturais, geográficas, estruturais, individuais, familiares, incluindo-se ainda a baixa qualidade no ensino, as dificuldades de aprendizagem, os direcionamentos didático-pedagógicos, entre outros.

Esses fatores permitem inferir que as motivações para evasão incluem questões gerais e individuais, principalmente concernentes à falta de integração com o ambiente acadêmico e social da instituição, bem como as demais variáveis socioculturais e econômicas.

Outro fator pertinente para o caso específico do IFRN é assumir que a evasão acontece distintamente de três modos:

1) evasão de curso, quando o estudante se desliga do curso ao qual está vinculado em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso) e exclusão por norma institucional;

2) evasão da instituição, quando o estudante se desliga da instituição na qual está matriculado; e,

3) evasão do sistema, quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária os estudos.

Em relação ao ensino superior de licenciatura, Miranda et al. (2019) destacaram como fatores as variáveis socioculturais e econômicas, aproximando-se do entendimento de Polydoro (2000). Ao investigar o curso de licenciatura em Física do IFRN-Campus João Câmara, destacaram-se como motivos preponderantes para o abandono fatores relacionados ao mundo do trabalho, ao reconhecimento social da profissão e a valorização da carreira, à qualidade do ensino fundamental e médio, ao contexto socioeconômico e às políticas governamentais.

Os cursos superiores de licenciaturas datam da década de 1990 no IFRN e, em 2021, o quadro desse tipo de curso em toda a instituição é o seguinte:

Quadro 1 - Ofertas de Cursos Superiores de Licenciaturas no IFRN (2021)

CURSO DE LICENCIATURA	MODALIDADE	CAMPUS/CAMPI	QUANTIDADE
Licenciatura em Biologia	Presencial	Macau (MC)	1
Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática	Presencial	Pau dos Ferros (PF)	1

Licenciatura em Educação do Campo	Presencial	Canguaretama (CANG)	1
Licenciatura em Física	Presencial	Caicó (CO), João Câmara (JC), Natal Central (CNAT), Santa Cruz (SC)	4
Licenciatura em Geografia	Presencial	Natal Central (CNAT)	1
Licenciatura em Geografia - INCRA	Presencial	João Câmara (JC)	1
Licenciatura em Informática	Presencial	Ipanguaçu (IPAN), Natal-Zona Norte (ZN)	2
Licenciatura em Letras Espanhol	Presencial	Natal Central (CNAT)	1
Licenciatura em Letras Espanhol - EAD	EAD	Zona Leste (ZL)	1
Licenciatura em Formação Pedagógica para a Educação Básica, Profissional e Tecnológica Presencial	Presencial	Parnamirim (PAR)	1
Licenciatura em Formação Pedagógica para Graduados não licenciados	EAD	Zona Leste (ZL)	1
Licenciatura em Matemática	Presencial	Ceará-Mirim (CM), Mossoró (MO), Natal Central (CNAT), Santa Cruz (SC), São Paulo do Potengi (SPP)	5
Licenciatura em Química	Presencial	Apodi (AP), Currais Novos (CN), Ipanguaçu (IPAN), Pau dos Ferros (PF)	4
TOTAL			24

Fonte: PDI-IFRN (2019-2026)

A instituição tem 22 *campi*, com 13 tipos de cursos superiores de licenciatura, perfazendo 24 ofertas em 16 *campi*. O primeiro curso de licenciatura do IFRN foi o de Geografia criado no IFRN-Campus Natal Central. Todos os cursos têm duração mínima de 4 anos, ou 8 períodos, exceto os que são do tipo segunda Licenciatura, os quais tem 2 anos de duração, a saber: Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática e Licenciatura em Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados.

A criação da maior parte dos cursos acompanhou a implantação dos *campi* no interior do Estado do Rio Grande do Norte em sua expansão, que coincide com a transição institucional entre Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Desse modo, o ano de 2009 é significativo

para a ampliação desse tipo de oferta, tendo em vista o início do funcionamento dos *campi* e cursos.

MÉTODO

No que concerne ao referencial teórico e metodológico, destacam-se as perspectivas qualitativas e quantitativas assumidas para a análise do objeto. Para Prodanov e Freitas (2013, p.38) "com base na utilização de testes estatísticos, possibilita-se determinar, em termos numéricos, a probabilidade de acerto de determinada conclusão, bem como a margem de erro de um valor obtido". Eles são corroborados por Gil (2008, p. 17), para o qual "este método se fundamenta na aplicação da teoria estatística da probabilidade e constitui importante auxílio para a investigação em ciências sociais."

Ainda sobre as abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisa, asseguram:

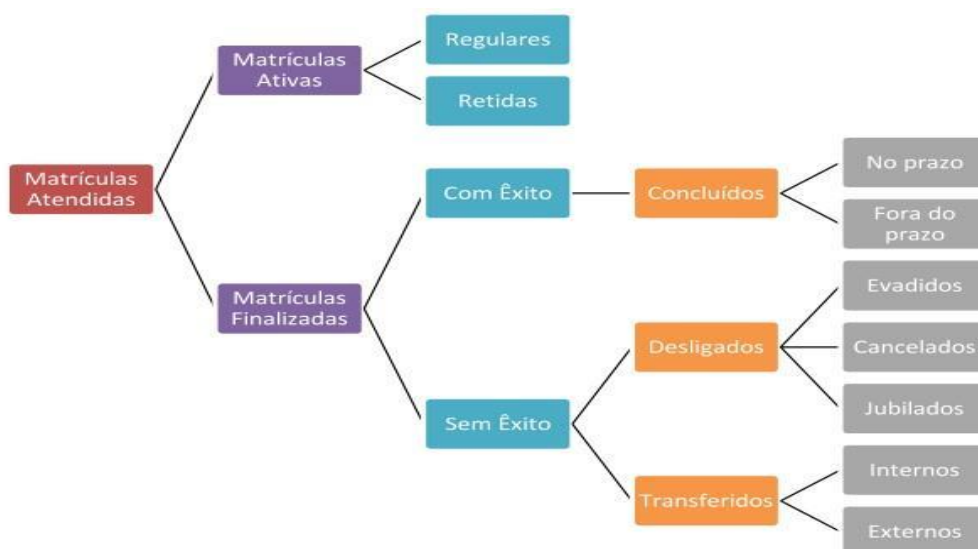
Nas pesquisas quantitativas, as categorias são frequentemente estabelecidas a priori, o que simplifica sobremaneira o trabalho analítico. Já nas pesquisas qualitativas, o conjunto inicial de categorias, em geral, é reexaminado e modificado sucessivamente, com vistas a obter ideais mais abrangentes e significativos. Por outro lado, nessas pesquisas, os dados costumam ser organizados em tabelas, gráficos, enquanto, nas pesquisas qualitativas, necessitamos nos valer de textos narrativos, descritivos, esquemas, matrizes etc (Prodanov; Freitas, 2013, p.114).

Nesse sentido, enfatiza-se a análise dos cursos superiores de licenciaturas por curso e *campus* do IFRN, a partir de dados coletados em 13 de agosto de 2021, no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP-IFRN) e na Plataforma Nilo Peçanha (SETEC-MEC) analisados à luz das concepções acerca dos indicadores presentes Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos estudantes do IFRN 2016-2018 (IFRN, 2016).

Durante a coleta, foram selecionados os campos do Módulo Ensino, em particular do relatório de ensino, a partir dos indicadores: licenciatura, *campus*, modalidade e ano. Com os dados obtidos, houve o tratamento e a organização em gráficos, os quais consideram os seguintes indicadores sobre os cursos superiores de licenciatura do IFRN: taxa de retenção, taxa de reprovação, taxa de evasão, taxa de conclusão, taxa de matrícula ativa regular, taxa de matrícula ativa retida, índice de efetividade acadêmica, taxa de saída com êxito, índice de permanência e êxito.

Os dados permitiram a elaboração de um panorama com a evolução temporal da taxa de indicadores, entre os anos de 2006 e 2021. Estes indicadores são estatísticas das análises quantitativas com base nas matrículas atendidas, matrículas ativas e matrículas finalizadas (Figura 1).

Figura 1 - Fluxograma de matrículas atendidas, matrículas ativas e matrículas finalizadas dos licenciandos do IFRN.



Fonte: (IFRN, 2016, p. 37).

A compreensão do fluxograma é a seguinte:

- Matrículas atendidas: total de matrículas atendidas no período, incluindo as matrículas ativas e as matrículas finalizadas.
- Matrículas ativas: representam as matrículas que ao final de cada período analisado continuam ativas, ou seja, alunos que permanecem na instituição.
 - Matrículas ativas regulares: somatório de todas as matrículas que, ao final de cada período analisado, continuam ativas e dentro do prazo previsto de conclusão do curso (sem atraso).
 - Matrículas ativas retidas: somatório de todas as matrículas que, ao final de cada período analisado, continuam ativas mesmo após a data prevista para conclusão do curso (com atraso).
- Matrículas finalizadas: somatório de todas as matrículas que representam situação final, com ou sem êxito.
 - Matrículas finalizadas com êxito: somatório de todas as matrículas que representam situação final em que o estudante saiu da instituição após lograr êxito e obteve diploma/certificado (concluído/egresso). Não inclui os estudantes que finalizaram as disciplinas (integralizado) mas não concluíram a prática profissional.
 - Concluídos no prazo: número de estudantes que concluíram o curso dentro do prazo previsto.
 - Concluídos fora do prazo: número de estudantes que concluíram o curso fora do prazo previsto.
 - Matrículas finalizadas sem êxito: somatório de todas as matrículas que representam situação final em que o estudante saiu da instituição sem lograr êxito (Desligados ou Transferidos).
 - Desligados: somatório de todas as matrículas que representam situação final em que o estudante saiu da instituição sem lograr êxito porque abandonou o curso (evadido, jubilado ou cancelado).

- Transferidos: somatório de todas as matrículas que representam situação final em que o estudante saiu do curso sem lograr êxito porque solicitou transferência (de curso, de campus ou de instituição). (IFRN, 2016, p. 38).

Os indicadores supracitados são descritos de forma minuciosa no Quadro 2, bem como os modelos de cálculo das taxas e índices:

Quadro 2 - Indicador e modelo de cálculo das taxas e índices no IFRN.

Indicador	Modelo de cálculo
Taxa de Retenção (TR)	$TR[\%] = \frac{\text{Matrículas ativas retidas}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$
Taxa de Reprovações (TRp)	$TRp[100\%] = \frac{\text{Total de reprovações}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$
Taxa de Evasão (TE)	$TE[100\%] = \frac{\text{Matrículas finalizadas sem êxito}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$
Taxa de Conclusão (TC)	$TC[100\%] = \frac{\text{Matrículas finalizadas com êxito}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$
Taxa de Matrícula Ativa Regular (TMARg)	$TMARg[100\%] = \frac{\text{Matrículas ativas regulares}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$
Taxa de Matrícula Ativa Retida (TMARt)	$TMARt[100\%] = \frac{\text{Matrículas ativas retidas}}{\text{Matrículas atendidas}} \times 100$
Índice de Efetividade Acadêmica (IEA)	$IEA[\%] = \frac{\text{Concluídos no prazo}}{\text{Ingressos correspondentes}} \times 100$
Taxa de Saída com Êxito (TSE)	$TSE[\%] = \frac{\text{Matrículas finalizadas com êxito}}{\text{Matrículas finalizadas}} \times 100$
Índice de Permanência e Êxito (IPE)	$IPE = \text{Taxa de conclusão} + \text{Taxa de matrícula ativa regular}$

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Para cálculo da média anual (\underline{x}) e o desvio padrão (σ), foram utilizadas as expressões algébricas (1) e (2) respectivamente:

$$\underline{x} = \frac{1}{N} \sum_{i=2006}^{2021} x_i \quad (1)$$

$$\sigma = \sqrt{\sum_{i=2006}^{2021} \frac{(x_i - \underline{x})^2}{N}} \quad (2)$$

Em que x_i , representa a taxa medida no ano i para um determinado indicador, e N representa a quantidade de anos considerada no período. A média é uma medida de tendência central, enquanto o desvio padrão é uma medida de dispersão. Assim, quanto menor o desvio padrão, mais homogêneo é o indicador, e quanto maior o desvio padrão, mais heterogêneo e dispersos são as taxas em torno da média anual.

RESULTADOS

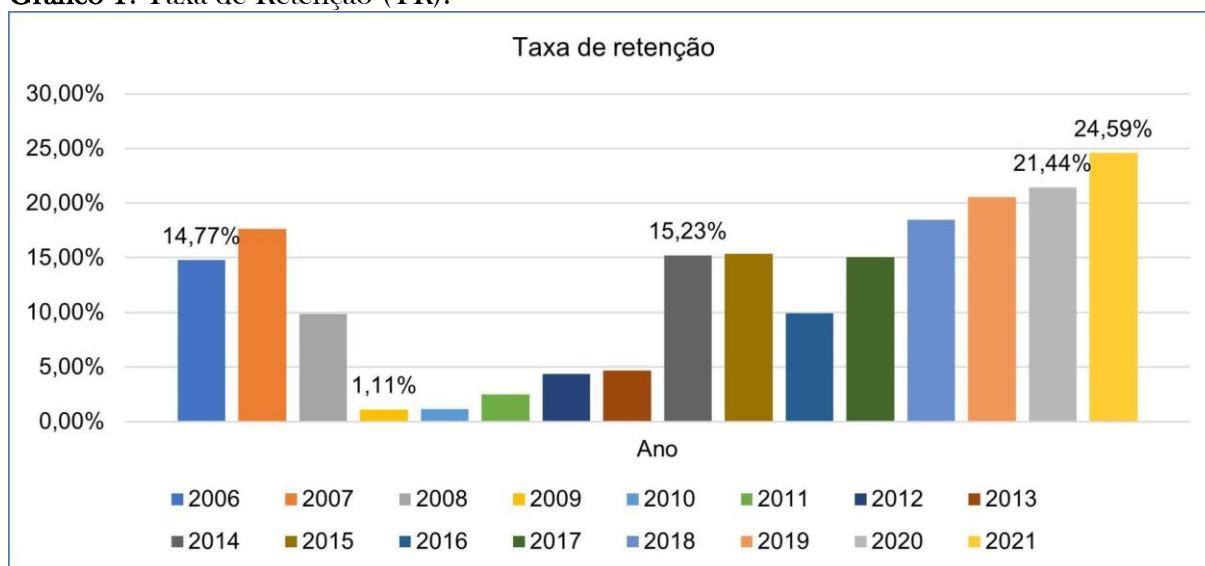
A taxa de retenção é um indicador que mede o percentual de alunos que atrasaram o curso. É possível observar no Gráfico 1 que esta taxa foi mínima, 1,11%, no ano de 2009, e máxima no ano de 2021 (considerando-se até o dia 13 de agosto do mesmo ano). Esta estatística é preocupante, porque o ano letivo ainda não chegou na metade, visto que foi iniciado em junho, e já se tem uma taxa de retenção alta, de 24,59%. Isso significa que, até o final do ano letivo, essa taxa aumentará, podendo chegar a mais de 30% de retenção, sendo a mais elevada desde o ano de 2006, que foi de 14,77%.

É possível notar que, desde o ano de 2017, a taxa de retenção só vem crescendo, com uma taxa média de evolução temporal de 22,62% até o ano de 2020. Já a taxa de retenção nas licenciaturas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica SETEC/MEC, segundo a plataforma Nilo Peçanha - PNP 2020 (ano base 2019) -, foi de 20,73% (“Plataforma Nilo Peçanha”, 2020), enquanto a do IFRN para o mesmo ano foi de 20,54%, ou seja, inferior à média nacional.

Este atraso no curso, especificamente no quadro pandêmico da COVID-19, está relacionado às dificuldades de acesso ao ensino remoto por meios tecnológicos, tais como computadores, notebooks, tablets, smartphones, internet e, até mesmo, a falta de um ambiente adequado para acompanhar os estudos. Por essas razões, muitos licenciandos acabam trancando o curso, o que acarreta atraso na sua conclusão. Veja que essa última razão tem sido a mais influente na taxa de retenção que a reprovação, porque, como visto no Gráfico 2, a taxa de reprovação vem diminuindo para o mesmo período considerado. Vale ressaltar que, para os anos 2020 e 2021, a reprovação no SUAP não está sendo computada, apesar de estar acontecendo, motivo pelo qual aparece como 0% no Gráfico 2. A taxa de retenção também pode estar relacionada com a não adaptação ao novo método de ensino remoto e inclusive com a metodologia de avaliação e a sobrecarga de conteúdos.

O indicador Taxa de Retenção (TR) mede o percentual de alunos retidos em relação ao total de matrículas atendidas. “O resultado desse indicador mostra, do universo total de matrículas atendidas em cada período, o percentual de alunos que atrasaram a conclusão do seu curso”. (IFRN, 2016).

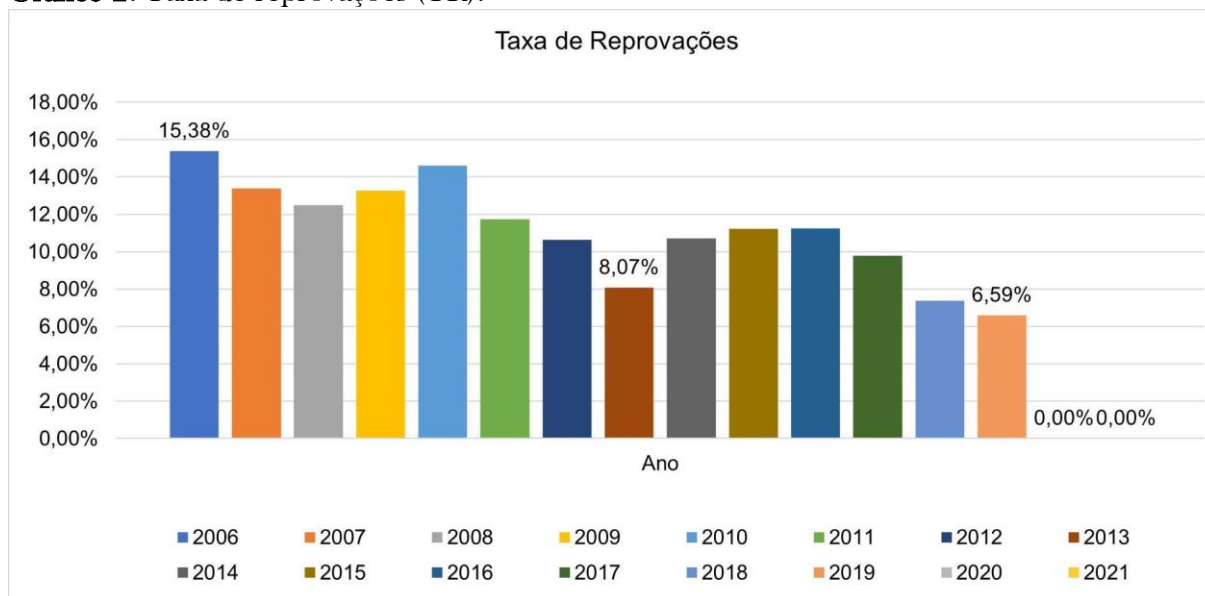
Gráfico 1: Taxa de Retenção (TR).



Fonte: Módulo Ensino do SUAP (2021).

O indicador Taxa de reprovações mede o percentual de reprovações em relação ao total de matrículas atendidas (IFRN, 2016).

Gráfico 2: Taxa de reprovações (TR).



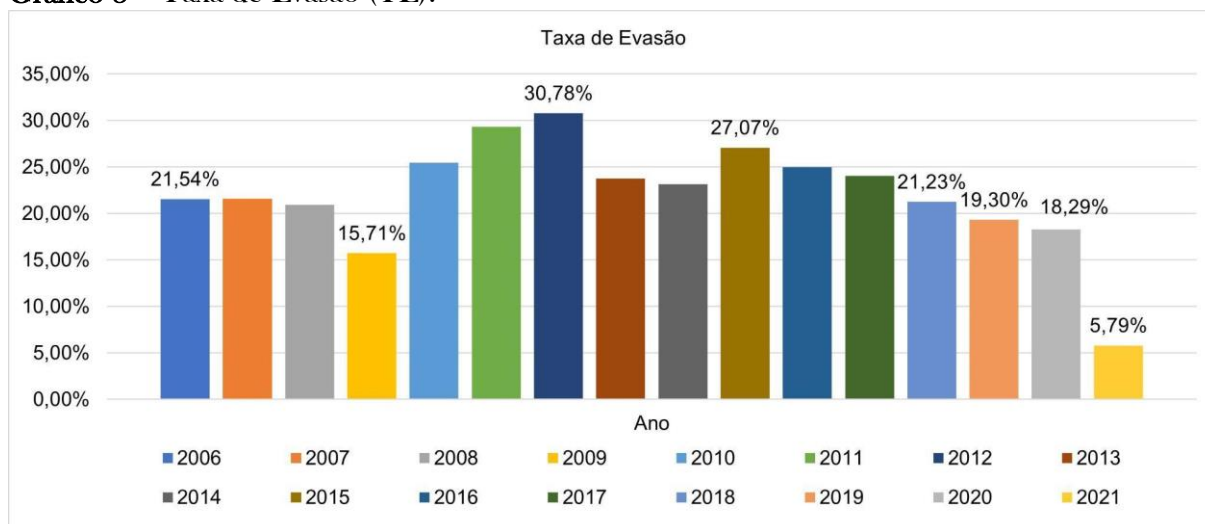
Fonte: Módulo Ensino do SUAP (2021).

Observando-se a evolução temporal da taxa de evasão escolar nas licenciaturas, conforme Gráfico 3, percebe-se, de forma geral, que ela vem diminuindo. Em 2006, a taxa de abandono escolar era de 21,54%, tendo uma queda considerável em 2009, chegando a 15,71%. Mas nos três anos seguintes, período de expansão dos campi e criação de novos cursos de licenciatura, esta taxa aumentou, chegando a um ápice de 30,78%, isto é, de cada 100 alunos matriculados, mais de 30 evadiram dos cursos. Quando se compara a evasão de 2009 a 2012, houve um aumento de 95,93%, o que é uma situação muito preocupante, porque implica em menos profissionais para atender a demanda da educação básica e menos pessoas sem escolarização de nível superior; do ponto de vista econômico, significa investimento sem retorno (perda de dinheiro), desperdício de dinheiro e recursos públicos; e do ponto de vista social, significa mais pessoas precisando de assistência por programas do governo. A taxa média de evasão escolar foi de 22,06%, com desvio padrão de 5,65%. Apesar de ser considerada uma média alta, há muitas instituições de ensino superior no Brasil em que esta taxa é mais elevada, de acordo com Fritsch (2015).

No período de 2012 a 2021, houve uma redução significativa na taxa de evasão escolar, de 30,78% para 5,79%. Isso equivale a uma redução de 81,19% quando comparado ao ano de 2012, e a uma taxa média anual de decréscimo de 2,78%. Este resultado é positivo para a instituição e pode-se afirmar que é fruto de políticas educacionais que contribuíram para a permanência e êxito, e redução da taxa de reprovação (Gráfico 2). Algumas destas políticas educacionais podem ter sido materializadas nos programas de assistência estudantil, programas de bolsas de iniciação científica ou a docência e a residência pedagógica. Dentre as ações que contribuíram para combater a evasão, estão as atividades dos professores juntamente com a Equipe Técnica Pedagógica (ETEP), coordenação dos cursos e comissões de permanência e êxito.

O indicador Taxa de evasão mede o percentual de matrículas finalizadas sem êxito em relação ao total de matrículas atendidas (IFRN, 2016).

Gráfico 3 - Taxa de Evasão (TE).

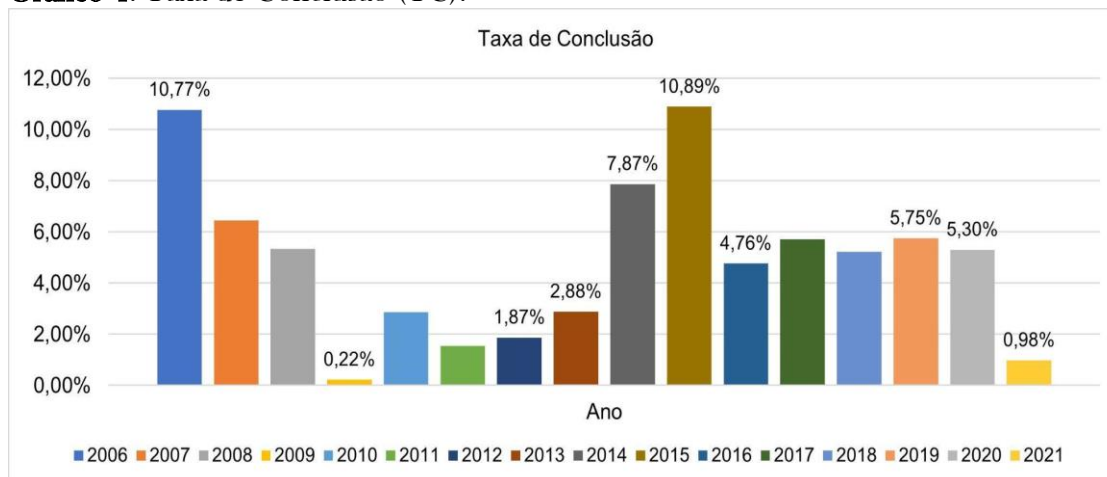


Fonte: Módulo Ensino do SUAP (2021).

Problematiza-se o fato de os índices de evasão terem um decréscimo considerável a partir de dado período. Um dos possíveis motivos para isso é a sua relação com o apoio dado aos estudantes das licenciaturas a partir de programas como: Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Residência Pedagógica (RP), Programa de Educação Tutorial (PET), além do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Entre os vários critérios institucionais para ser contemplado com bolsa no projeto, está a avaliação satisfatória do IFRN no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O indicador Taxa de Conclusão mede o percentual de matrículas finalizadas com êxito em relação ao total de matrículas atendidas, isto é, o percentual de egressos que finalizaram o curso no prazo ou fora do prazo (IFRN, 2016). Este indicador precisa ser avaliado em conjunto com as taxa de evasão (Gráfico 3), reprovação (Gráfico 2), matrícula ativa regular (Gráfico 5) e matrícula ativa retida (Gráfico 6)

Gráfico 4: Taxa de Conclusão (TC).



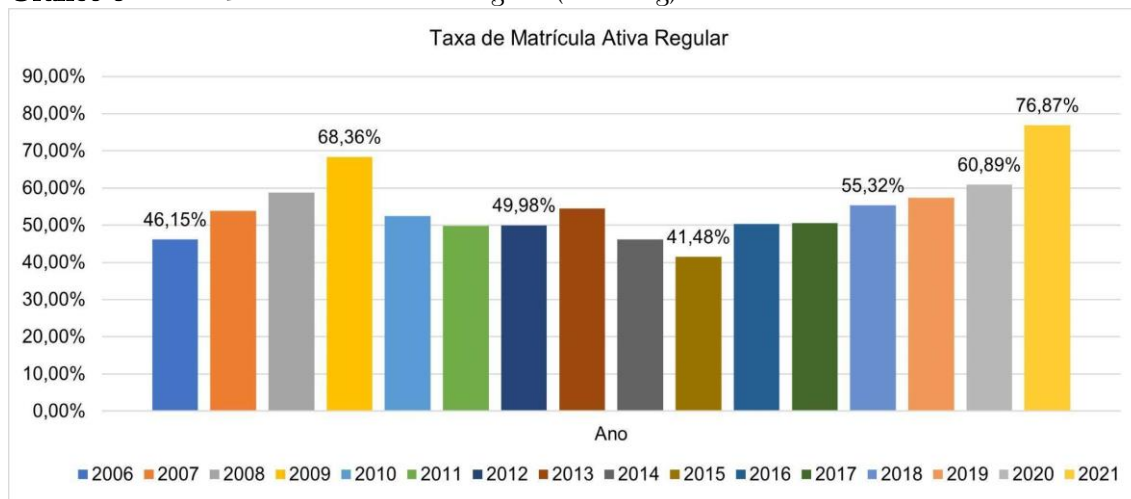
Fonte: Módulo Ensino do SUAP (2021).

No que diz respeito à taxa de conclusão, houve um ápice nos anos de 2006 e 2015 (Gráfico 4), com taxa de conclusão de 10,77% e 10,89%, respectivamente. Porém, nos outros anos essa taxa foi muito baixa, o que é preocupante. Já a taxa média anual foi de 4,9%. Os campi Natal - Central (CNAT), na capital, e Pau dos Ferros (PF), no interior, superaram essa média, tendo taxas médias anuais de 6,44% e 8,75% respectivamente. Apesar de ser considerado um indicador baixo, ainda está acima da taxa de conclusão em outras instituições (Bittar et al., 2012).

No ano de 2006 (Gráfico 8), a taxa de saída com êxito foi máxima, 33,33%, enquanto no ano de 2009 sofreu uma queda de 95,83%, atingindo a mínima de 1,39%. Nos demais anos, esta taxa foi oscilante em torno da média anual de 17,42%, ou seja, cerca de 17 discentes de cada 100 que finalizaram a matrícula foram diplomados. É importante destacar que, mesmo no período pandêmico (2020), este indicador ficou acima da média e a previsão para 2021 é que continue acima da média. Há alguns campi que estão acima desta média, como os Campi CNAT e PF, com taxa média anual de 21,26% e 36,52% respectivamente. É interessante notar que o campus PF superou o CNAT relativamente à taxa de conclusão e a saída com êxito, apesar de o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Pau dos Ferros/RN de 0,678 estar abaixo do IDH do de Natal/RN, 0,763 (IBGE,2010) - estes IDHs são considerados médios.

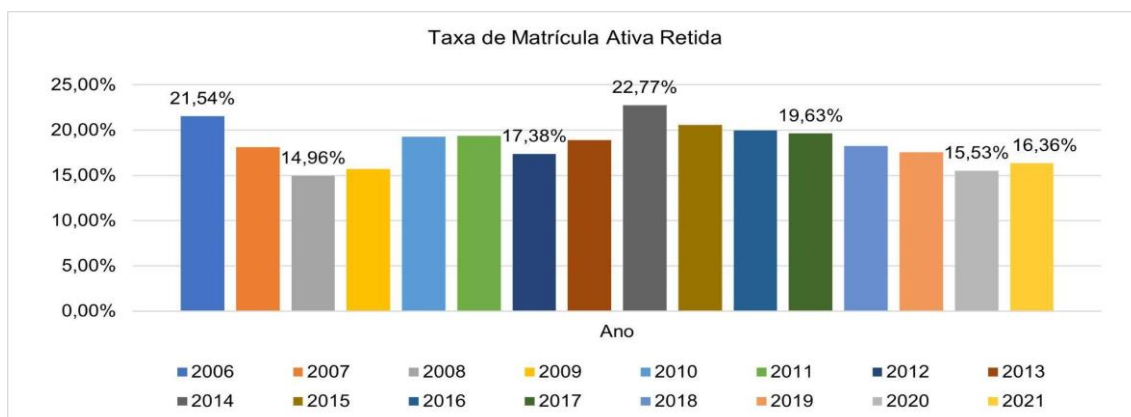
O indicador Taxa de Matrícula Ativa Regular, de acordo com as concepções institucionais, mede o percentual de matrículas que ao final de cada período analisado continuam ativas sem retenção em relação ao total de matrículas atendidas (IFRN, 2016). Por seu turno, a Taxa de Matrícula Ativa Retida (TMARt) mede o percentual de matrículas retidas que ao final de cada período analisado continuam ativas em relação ao total de matrículas atendidas (IFRN, 2016).

Gráfico 5: Taxa de Matrícula Ativa Regular(TMARg).



Fonte: Módulo Ensino do SUAP (2021).

Gráfico 6: Taxa de Matrícula Ativa Retida (TMARt).

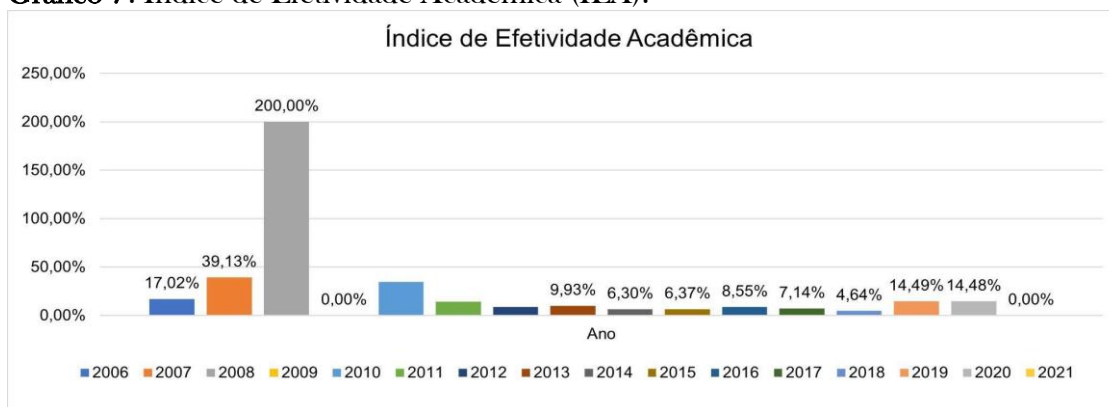


Fonte: Módulo Ensino do SUAP (2021).

A taxa de matrícula regular (Gráfico 5) aumentou significativamente, saindo de 46,15% em 2006 para 76,87% em 2021. Isso representa um aumento de 66,57% para o período considerado e uma taxa de crescimento médio anual de 4,29%. Desde o ano de 2015, esse indicador cresce monotonicamente. Conseqüentemente, a taxa de matrículas retidas (Gráfico 6) diminuiu, passando de 21,54% em 2006 para 16,36% em 2021, com taxa média anual de 18,49% e desvio padrão de 2,13%. Esse desvio padrão baixo indica que há uma certa homogeneidade entre os anos, visto que não há muita variação em torno da média.

Por sua vez, o indicador Índice de Efetividade Acadêmica (IEA) mede o percentual de conclusão efetiva em relação à conclusão prevista no início do curso. Representa o percentual de concluintes dentro do prazo em relação à previsão de concluintes para o período (IFRN, 2016).

Gráfico 7: Índice de Efetividade Acadêmica (IEA).



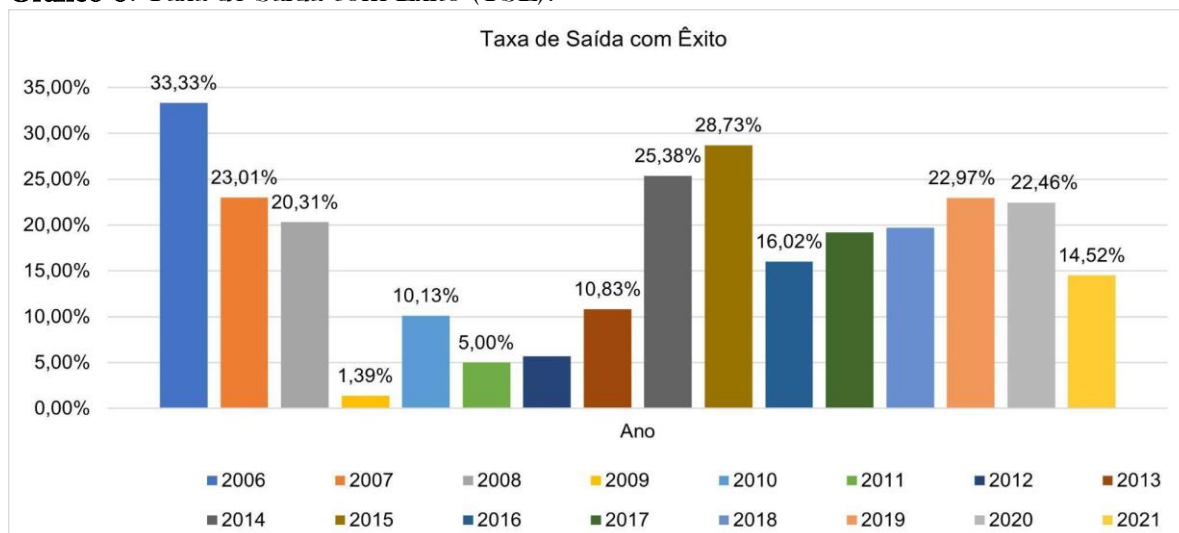
Fonte: Módulo Ensino do SUAP (2021).

O índice de efetividade acadêmica (IEA) médio (Gráfico 7) foi de 24,08%, com desvio padrão de 46,6%. Esse desvio padrão alto indica heterogeneidade entre o número de concluintes por ano e, de fato, observa-se no ano de 2008 uma conclusão de 200%, ou seja, se formaram o dobro do que se esperava. Isso acontece quando algum aluno adianta componente curricular ou já tenha cursado algumas disciplinas em outro curso ou instituição e pede aproveitamento dos créditos, ou ainda fez o reingresso no curso a partir de nova seleção no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Apesar do IEA médio ser influenciado pela taxa de conclusão em 2008, nota-se que a taxa média a partir de 2009 é próxima de 10%, ou seja, de cada 40 licenciandos, apenas 4 concluem no prazo previsto, enquanto 90% estão em alguma das situações: retidos,

evadidos, jubilados, cancelado a matrícula, transferidos interno ou externamente. Conclui-se, portanto, que nos primeiros quatro anos de um curso, há um impacto indiciado pelo IEA, indicando um problema aparente que necessita de ponderações, tais como a equivalência apontada.

O indicador Taxa de Saída com Êxito (TSE) mede o percentual de alunos que alcançaram êxito no curso dentre aqueles que finalizam a matrícula (IFRN, 2016).

Gráfico 8: Taxa de Saída com Êxito (TSE).



Fonte: Módulo Ensino do SUAP (2021).

Devido ao aumento significativo na taxa de matrícula ativa regular, desde o ano de 2016 até o ano de 2021, de 36,77%, e menor evasão, houve impacto positivo na taxa de conclusão e, conseqüentemente, no índice de permanência e êxito (Gráfico 9). Desde o ano de 2015, esse índice é monotonicamente crescente, tendo sua taxa máxima no ano de 2021, 77,85%. Sua taxa média ao longo dos cerca de 16 anos é de 59,46%, e desvio padrão de 6,91%. Esse indicador reflete o compromisso institucional em combater a evasão e desenvolver políticas públicas de permanência e êxito.

O indicador Índice de Permanência e Êxito (IPE) mede a permanência e o êxito dos estudantes da instituição a partir do somatório da Taxa de Conclusão e da Taxa de Matrícula Ativa Regular (IFRN, 2016).

Gráfico 9: Índice de Permanência e Êxito (IPE).



Fonte: Módulo Ensino do SUAP (2021).

Em perspectivas parciais, destaca-se que os cursos de licenciatura iniciaram em funcionamento em tempos distintos, mas alguns deles, sobretudo os da área de Ensino de Ciências, coincidem com a criação de seus campi no interior do estado do Rio Grande do Norte, de modo que, ao mesmo tempo em que representam a interiorização da formação de professores em uma instituição de ensino superior reconhecida por sua qualidade, também representam a demanda de público, do mercado para a região onde o campus está em funcionamento.

Por outro lado, transcorrido mais de um decênio dessa implementação, provoca-se a reflexão sobre a adequação da demanda e adesão do público das regiões pela citada formação no curso na área de concentração. Se assim o for, em caso de não adequação, como a IES deverá proceder? São reflexões muito amplas e para as quais há limitações no presente texto, mas que se relacionam ao planejamento da IES.

De modo análogo, destaca-se limites no que toca ao PEPE-IFRN e sua exequibilidade, tendo em vista que, no âmbito institucional, sua repercussão ocorreu quando de seu lançamento, mas não há clareza sobre seus contornos e atuação de comissões ao longo dos últimos anos nos campi. Esse é um aspecto lacunar, sobretudo, no tocante à gestão do ensino. Porém, reconhece-se enquanto dispositivo importante para o planejamento institucional, seja para a continuidade de uma oferta ou emergência de novas em todos os níveis e modalidades, não somente das licenciaturas. Este fenômeno é reconhecido em outras ofertas, tal como evidencia a pesquisa de Cruz, Carneiro e Arrais Neto (2017) acerca da meritocracia na Educação Profissional.

Um fator limitador à análise da evasão no IFRN advém também do referido documento e dos seus reflexos no SUAP, considerando-se que a transferência, ou seja, migração interna de estudantes entre cursos superiores de licenciatura na IES são entendidos como evasão. Ou, até mesmo, as transferências para IES em outros estados. Dessa maneira, há muitos índices de evasão que seriam entendidos como insucessos institucionais, mas, na verdade, são adesões à formação do tipo, embora em outras áreas do conhecimento. Entende-se este como um problema identificado na presente pesquisa e a ser modificada institucionalmente. Como resolução, propõe-se que os estudantes sejam ouvidos, porque assim seria corrigida a ideia de evasão aparente e haveria um dado mais fidedigno sobre evasão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, ao contrário do que se imaginava, os dados obtidos e analisados dão conta de demonstrar que o período pandêmico não impactou significativamente os índices de evasão da instituição em análise. Contudo, convém ponderar sobre os direcionamentos institucionais e recomendações do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre a não retenção dos estudantes, o que pode refletir em um dado a ser falseado na análise.

Finalmente, sem considerar o contexto de pandemia, o qual trouxe novos fatores à baila para análise do fenômeno da evasão, como possíveis alternativas para a resolução do problema da evasão, em linhas gerais, pondera-se acerca do seguinte: uma maior oferta ou investimento institucional em direcionamento profissional, em constituição identitária, no caso das licenciaturas, com a atuação docente, com a área da licenciatura em específico.

Outro aspecto válido concerne à promoção a Auxílio Financeiro a Estudantes, seja a partir de ações de ensino, pesquisa ou extensão, tal como preconiza o IFRN, ou com fomento externo. Dessa forma, destacam-se programas e projetos de financiamento que atendem às demandas formativas para a área da docência, mas também que se coadunam às atividades de apoio ao ensino, pesquisa e extensão.

Estas iniciativas, além de tudo, corroboram para uma outra perspectiva de alternativa à resolução da questão posta, visto que promovem a transformação do estudante enquanto protagonista de seu processo formativo. Mais uma vez, aproximam os estudantes aos eixos norteadores das práticas formativas e curriculares para a atuação na Educação Básica.

Em uma visão institucional, destaca-se a necessidade de mensurar a satisfação dos estudantes e docentes em um processo de autoavaliação do processo formativo oferecido, o qual poderá ser melhorado, nos limites dos condicionantes regimentais e legais que cercam as instâncias de avaliação e regulação do ensino no país. De igual modo, esses são dispositivos requeridos no processo de busca por garantir a qualidade formativa do docente, o qual também passa por um quadro de formadores coeso, experiente e bem qualificado nos parâmetros das já mencionadas instâncias. Por seu turno, assevera-se que um corpo docente atuante e seguro do perfil de egresso requerido tem maior capacidade de imprimir significado às experiências dos estudantes durante sua formação. É válido ressaltar que as condições materiais da instituição e de infraestrutura também são requeridas, a exemplo de bons laboratórios, salas de aulas e bibliotecas, mas também destinadas às experiências extracurriculares e externas, como aulas de campo, eventos científicos, cursos curtos, dentre outros.

Por fim, ainda no tocante à instituição e sua infraestrutura, cabe o destaque ao investimento em comunicação e em canais de recepção de sugestões por parte dos atores envolvidos com o processo de ensino e aprendizagem. De modo semelhante, um sistema de gestão automatizada traz facilidades administrativas e otimiza as atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR, Marilena et al. A evasão em um curso de Matemática em 30 anos. Em Teia | **Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 3, n. 1, pág. 1-17, 2012.

BRASIL. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras - ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC. *Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas*. out. 1996. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/739>. Acesso em: 16 fev. 2022.

BRASIL. Lei n. 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: 29 de dezembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC n. 1.291/2013, de 30 de dezembro de 2013. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. Brasília, DF: 30 de dezembro de 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: 2014. Disponível em: https://avr.ifsp.edu.br/images/pdf/Comissoes_Outros/PermanenciaExito/Documento-Orientador-SETEC.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

CNE. Resolução n.6, de 20 de setembro de 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 ago. 2021.

CRUZ, K. de S. L.; CARNEIRO, I. M. S. P.; ARRAIS NETO, E. de A. Meritocracia escolar e Educação Profissional: um estudo sobre o PRONATEC. **Revista Labor**, v. 1, n. 11, p. 73-90, 16 mar. 2017.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011.

FRITSCH, Rosângela; DA ROCHA, Cleonice Silveira; VITELLI, Ricardo Ferreira. A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 81-108, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Censo 2010. Brasil, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 ago. 2021.

IFRN. Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRN 2016-2018. Natal, 2016. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/planejamento/plano-estrategico-para-permanencia-e-exito-dos-estudantes-do-ifrn-2016-2018/>. Acesso em: 24 ago. 2021.

MIRANDA, M. H. V.; NASCIMENTO, F. de L. S.; MACIEL, S. C.; SOARES, E. S. Higher Education Evasion: an analysis of the Physics Degree Course- João Câmara Campus (2009-2019) at the Rio Grande do Norte Federal Institute of Education, Science and Technology in Brazil. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. e118911757, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i1.1757. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1757>. Acesso em: 28 ago. 2021.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. PNP 2020 (ano base 2019). Brasil, 2020. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 19 ago. 2021.

POLYDORO, S. A. J. et al. Desenvolvimento de uma escala de integração ao ensino superior. **Psico USF**, Bragança Paulista, v. 6, n. 1, p. 11-17, 2001.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. [recurso eletrônico]. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

| Submetido em: 29/10/2024

| Aprovado em: 30/10/2024

| Publicado em: 15/11/2024